



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639089 - MS (2021/0004579-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : KELLI CRISTIANE APARECIDA HILARIO
ADVOGADO : KELLI CRISTIANE APARECIDA HILARIO - MS011709
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : SUZANA SANTANA TABORDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SUZANA SANTANA TABORDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (1415045-54.2020.8.12.0000).

A paciente cumpre pena de 6 anos em regime fechado desde 10/2/2020 pela prática do crime tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006.

Foi deferida a prisão domiciliar com monitoramento eletrônico à paciente em razão da pandemia de covid-19 e de ser genitora de uma criança menor de 12 (doze) anos de idade.

Sustenta o impetrante que a revogação da prisão domiciliar da paciente é ilegal em razão da imprescindibilidade da presença da paciente nos cuidados de seus filhos, principalmente do bebê de 9 meses, devendo ser mantido o benefício visando resguardar o interesse das crianças e reduzir os riscos epidemiológicos.

Pleiteia a concessão da ordem, liminarmente, para que seja concedida a prisão domiciliar à paciente até o julgamento final do *writ*.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, mantendo a prisão domiciliar já concedida e tornando-a definitiva, podendo outras medidas serem impostas cumulativamente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, não há comprovação da imprescindibilidade da paciente nos cuidados do infante.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 36/37):

No mesmo caminhar, temos que a Resolução n. 68/2020, que alterou a Resolução n. 62/2020, ambas do CNJ, para restringir a prisão domiciliar, excluindo-se entre outras hipóteses, os crimes hediondos, senão vejamos:

[...]

Portanto, como o crime de tráfico é equiparado a hediondo, inaplicável o benefício, em virtude da pandemia de COVID-19

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Assim, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente